

Jornal do CRP/06

ano 4/número 17

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6.ª REGIÃO

setembro/outubro 1983

AGRADECIMENTO

Palavra Aberta encontra ar renovado no CRP/06.

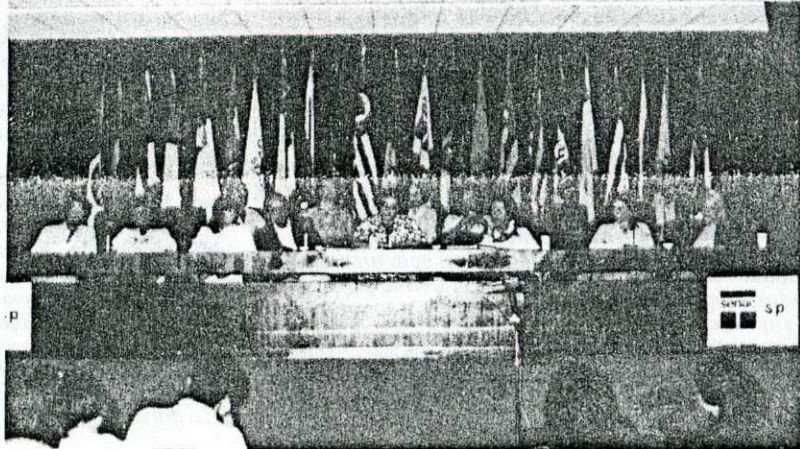
"Uma janela aberta... uma golfada de ar novo."

Assim se referiu Luiz Otávio de Seixas Queirós ao trabalho dos conselheiros eleitos em 1980, ao deixar o CRP/06 no dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo e dia da posse da nova gestão. "Não estamos deixando o Conselho, estamos empossando", outra de suas palavras, onde sugeria que o compromisso da gestão 1980/83, no sentido por ela dado ao CRP/06, continuaria, quer pelos que naquele momento transmitiam seus cargos, suas tarefas e suas experiências, quer pelos que assumiam tal compromisso sob a Palavra Aberta.

Os companheiros da gestão 1980/83 trabalharam e por isso honraram o CRP. Deixaram a janela aberta, com um novo ar, para que, respirando o sentido democrático, os que assumiam pudessem - com todos os psicólogos - buscar as diretrizes, os fatos e os desejos de toda a categoria.

No dia 27, os que eram empossados estavam reconhecidos aos trabalhos, às lutas, às vitórias e às frustrações enfrentadas por aqueles companheiros. Sabiam que, ao deixarem o CRP/06, deixavam uma equipe, onde o ganho afetivo também existira, assim como a certeza de que estavam para sempre inseridos na história dos CRPs e do CFP.

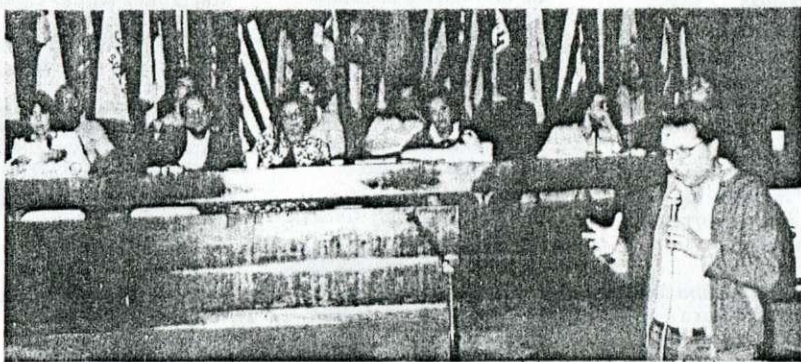
O afeto e a historicidade de suas participações não terminou naquele sábado à noite. Eles transcendem ao término da gestão. Os novos conselheiros sabem, e já sentiram isso, que poderão contar com a colaboração daqueles companheiros. Os trinta psicólogos que assumem o CRP/06 também saberão, cada um na sua atividade, dar conta das pequenas coisas, para que o ar se continue renovando, para que a palavra aberta tenha mais espaço, para que a história do CRP/06 seja conduzida na direção do zelo pela profissão do psicólogo e pelo reconhecimento social, cada vez maior, da importância do seu trabalho na sociedade.



Palavra Aberta assume com pesquisa e debate.

A posse dos novos conselheiros do CRP/06, em 27 de agosto último, no auditório do Senac, em São Paulo, foi marcada pela apresentação, por parte do Sindicato dos Psicólogos (que co-patrocinava as comemorações do Dia do Psicólogo), dos dados mais marcantes do trabalho desenvolvido pelo DIEESE na caracterização profissional da categoria (veja matéria a respeito, nesta mesma edição) e por um longo debate sobre suas implicações no programa de ação proposto para o Conselho Regional de Psicologia, no triênio 1983/86.

Ao lado de um tom de queixa, presente na maioria das questões levantadas no debate, quer em relação à formação do psicólogo, às entidades representativas, às alternativas de trabalho e à divulgação da Psicologia, a reunião foi também marcada pelo expressivo número de profissionais presentes. Um número que poderia ser considerado ainda muito reduzido, se considerada a dimensão da categoria, porém sensivelmente superior a todas as reuniões até então realizadas. A forma como as questões foram colocadas reafirmou a necessidade do incremento dos trabalhos das Comissões, particularmente as de Ensino e Saúde, áreas sobre as quais recaíram grande parte das considerações críticas dos psicólogos.



PRIMEIRAS DECISÕES

Ampliar a ideia de um CRP mais democrático, com a ampla participação dos psicólogos e a maior aproximação da entidade com as questões de interesse da categoria. Direcionar a atuação do CRP para torná-lo uma entidade que possa assegurar ao psicólogo as soluções dos problemas de sua prática profissional, em lugar de uma atuação burocrática, fiscalizadora e repressora.

São com estas premissas que os conselheiros empossados em 27 de agosto último iniciaram a gestão. Com esta visão, um regimento interno autoritário, como é o atual, feria seus princípios básicos, de representação e de proximidade com a categoria. Enquanto ele não é alterado (os estudos já foram iniciados no Conselho Federal e um Grupo de Trabalho já foi criado no CRP/06), foi aprovada uma nova estrutura de funcionamento interno, semelhante à de um colegiado, onde os 30 conselheiros, efetivos e suplentes, participam das reuniões plenárias e também das reuniões de diretoria, onde são discutidas as pautas das reuniões plenárias e os encaminhamentos para as comissões. Com esta medida as decisões relevantes são diluídas e todas as comissões e grupos de trabalho cientes das decisões.

O grande número de conselheiros já indicava a pouca operacionalidade do sistema tradicional adotado

do para as plenárias, realizadas às segundas-feiras, às 20 horas. Agora, após um período de tempo como plenária ampla, ela é subdividida em três plenárias menores (as "plenarinhas"), onde os processos são discutidos e retornam para a grande plenária, para deliberação final, agilizando todo o processo. Todos os conselheiros possuem as pautas das três plenárias e pelo menos um conselheiro de cada comissão participa dessas "plenarinhas". Uma vez por mês essas plenárias são realizadas aos sábados, para permitir a participação dos conselheiros do Interior e outros Estados.

Dentro da visão de se manter e estimular uma atuação mais próxima do trabalho do psicólogo e tão mais próximo do CRP, não bastavam as comissões formais, como as de Tomada de Contas, Ética ou Fiscalização. Foram incentivadas as comissões por área de atuação, criadas na gestão 1980/83 (como as de Educação, Ensino, Saúde, Organizacional e Funcionalismo) e criada mais uma Comissão (de Contato) e dois Grupos de Trabalho (um para estudar o Regimento Interno e outro, questões administrativas). Muitas delas são comissões mistas, CRP e Sindicato dos Psicólogos. Todas as reuniões estão abertas aos psicólogos. Para saber quando elas ocorrem, basta telefonar ao CRP.

PREFEITURA PERDE E PSICÓLOGOS VÃO TOMAR POSSE

O Tribunal de Justiça de São Paulo, através de sua 6.ª Câmara, rejeitou por unanimidade de votos o recurso interposto pela Prefeitura Municipal de São Paulo contra os psicólogos que participaram do concurso realizado em 1977 e que, aprovados, estavam com suas nomeações preteridas. Este concurso visava suprir quatro vagas iniciais e as que surgissem durante o prazo de validade do concurso. Ao mesmo tempo que o CRP/06 gestionava e obtinha a prorrogação desse prazo, foram criadas outras 155 vagas. No entanto, apenas 40 foram preenchidas com a contratação dos psicólogos concursados. Isto fez com que cinco ações conjuntas dessem entrada na Justiça, envolvendo mais de uma centena de profissionais.

O resultado agora obtido, em grau de recurso, confirma integralmente a sentença proferida na 3.ª Vara da Fazenda Municipal, no processo movido por Alba Lúcia Reis e Campos e outros 38 psicólogos, que considerou improcedente a ação. Aguarda-se apenas a publicação do acórdão, para que seja requerida a execução da sentença. A previsão é de que em cerca de trinta dias os psicólogos deverão tomar posse em seus cargos.

EDITORIAL

TRABALHO E PRÁTICA NA AÇÃO COMPARTILHADA

Em 1971, foram criados, por lei federal, os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia e, conforme específica referida lei, se constituíram em autarquias, com autonomia financeira e administrativa, vinculadas ao Ministério do Trabalho. Seus objetivos: orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão e zelar pela fidelidade e observância dos princípios éticos e pela disciplina da classe.

Esta vinculação a um organismo governamental e a ênfase dada à atuação fiscalizadora e disciplinadora são suficientes para a caracterização de tais órgãos como organismos cuja finalidade é a contenção da categoria profissional, através de mecanismos velados que simulam contribuir para sua organização mas pelos quais a coerção se transforma em consentimento, levando a comportamentos não contestatórios às propostas de um Governo autoritário, que evitava a todo custo a participação e a manifestação de qualquer setor da sociedade civil, no processo de condução do País. Dentro dessa ótica, os Conselhos se organizariam como órgãos centralizadores, dos quais emanassem em nível descendente, da cúpula constituída pelos conselheiros, para as bases, constituídas pelos psicólogos, as diretrizes do exercício profissional, elaboradas autoritariamente e paternalisticamente, sem a

participação da categoria e, portanto, a partir de um conhecimento parcial e reduzido de sua realidade.

O nosso Conselho não fugiu a essa imposição. Durante muito tempo, ele não propiciou a seus membros oportunidades para uma apropriação integral de sua realidade profissional, nem uma reflexão participativa sobre ela, que seria facilitadora de uma análise crítica, compreensiva, ampla e abrangente. Uma análise que seria o ponto de partida do qual, através da nossa criatividade coletiva, surgiram alternativas de atuação, condizentes não só com as nossas realidades e necessidades, mas também com a da população para a qual a nossa atuação se dirigia. Percebendo tal situação, conscientes do imobilismo que desgastava os nossos órgãos representativos, os psicólogos iniciaram, em 1979, um movimento que procurava revitalizá-los - o fórum de debate dos psicólogos. Pela primeira vez nós nos reunimos para identificar, criticar e propor soluções aos problemas profissionais que nos atingiam, procurando a produção de um saber que nos serviria eficazmente de instrumento no processo de obtenção de nossa autonomia.

Um grupo de nossos colegas, que se elegeu para a gestão 1980/83, emergiu desse movimento. Suas preocupações em relação a esse órgão foram, priorita-

riamente, centradas na sua abertura à categoria, e não limitá-lo ao convencional papel dominador, no qual um grupo de conselheiros decidia sobre a conduta profissional da maioria; na necessidade de abrir efetivos canais de comunicação que possibilitassem um diálogo constante com os psicólogos, mobilizando-os para a conquista de seu espaço político-profissional e para o exercício de seu poder, através da participação na tomada das decisões, atentos, porém, à realidade brasileira, vinculados a outros movimentos similares, procurando uma atuação voltada para os interesses da população e para o estabelecimento de uma autonomia que só poderia acontecer ao nível de toda a sociedade.

Evidentemente, três anos são um período de tempo muito reduzido para a consecução desses objetivos aglutinadores, em torno de interesses legítimos, mas tempo suficiente para que esse movimento libertador fosse iniciado. Isso foi feito através de um esforço constante de estar com a categoria, de refletir e agir conjuntamente. É interessante notar como a criação de comissões de trabalho, que extrapolassem as previstas inicialmente, acabou de certa forma sendo um dos instrumentos mais eficazes na execução dessa política. Muitos psicólogos passaram a se mobili-

zar na discussão de temas específicos e vitais para eles, como o ensino da Psicologia, a atuação do psicólogo nas áreas de educação e saúde, no funcionalismo público etc. A discussão iniciada sobre problemas relativos a seu cotidiano acabou por transformar-se em discussão sobre o próprio CRP, suas finalidades, seus limites, seu alcance, seu potencial.

Entre esses psicólogos, destacou-se um grupo que, num dado momento, se constituiu com uma proposta de trabalho para a gestão 1983/86. Ampliado, remexido, questionado, esse grupo se batizou "Palavra Aberta". Historiar essa origem e batismo é importante, porque apresenta uma origem concreta da ação que ora nos propomos a desenvolver. Um trabalho e uma prática voltados sobretudo para o aprimoramento da ação compartilhada, através da mobilização dos psicólogos, no sentido de questionar, pensar e avaliar sua atuação profissional, gerando um agir que é concretizado na relação com a população, que se constitui sua clientela, na relação com outros profissionais, com outras instituições e com órgãos oficiais. Enfim, uma atuação que se insere numa complexa rede ou estrutura de relações.

A nosso ver, uma gestão do CRP, muito mais do que um grupo de conse-

lheiros representantes, é um momento no processo de trabalho conjunto, é um espaço catalisador de experiências, de discussões, de decisões. É sempre um ponto de partida, e não de chegada. É ponto de partida, inclusive, para a reflexão, sempre retomada, sobre as características normativas, controladora, repressiva e imobilizadora que foi conferida legalmente aos Conselhos e que foi reforçada recentemente pela Lei n.º 6.994, que ampliou seu atrelamento ao Ministério do Trabalho. Exatamente por isso é fundamental ver o nosso CRP articulado num projeto libertador, de construção de uma postura ética e técnica, que garanta a eficiência do serviço que a cate-

goria presta à população e que esteja aliado ao desenvolvimento da consciência crítica profissional.

E assim que nos vemos e que desejamos que nos vejamos. Um grupo de psicólogos eleitos, representantes de seus colegas, dispostos a fazer dessa representação um momento de encontro, no qual, utilizando sua capacidade de decisão, enquanto profissionais e categoria profissional, constituamos juntos nossa praxis, sem perder de vista a contribuição que essa deverá trazer para a transformação de uma sociedade classista e opressora.

Este editorial reflete o pronunciamento da presidente do CRP/06, Yvonne A. Gonçalves Khouri, por ocasião da posse da nova gestão.

SINDICATO APRESENTA TESE DOS PSICÓLOGOS NO CONCLAT

A recessão e o desemprego, a política salarial e a inflação, a saúde e a previdência social e as liberdades políticas e sindicais foram enfocadas no documento preparado pelo Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, para apresentação no Conclat - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado em São Paulo nos dias 26, 27 e 28 de agosto último. Esta tese, discutida e aprovada pela categoria antes de sua apresentação, relata a crise social, econômica e política vivida pelo País; o modelo recessivo e descentralizador de renda que foi adotado e a necessidade da intervenção do movimento sindical para dar fim a essa situação para, em seu final, apresentar as propostas de luta dos psicólogos.

ERRATA - Por uma falha de produção, a última edição (especial) foi identificada, erroneamente, como sendo de número 17, quando na realidade corresponde ao número 16. Esta edição é que corresponde ao número 17.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6.ª REGIÃO

Conselheiros: Alvaro Trujillo, Antônio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Denilreia Pérola A. Paoli Macário, Elizabeth Batista Pinto, Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti Trujillo, José Paulo Correia de Menezes, José Sollero Neto, José Sterza Justo, Lorivam Lopes, Luiz Carlos Rodrigues de Lima, Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romero, Maria Rosa Cavazzani, Marinilza da Costa Moreira da Silva, Marisa Oliveira Sanovicz, Marlene Guirado, Mirsa Elizabeth Dellosi, Mônica Guimarães Teixeira do Amaral, Nanci Bühler Letaif, Nancy Ramacciotti de Oliveira Santos, Selma de Souza Bastos, Silvio Leite da Silva, Sueli Duarte Pacifico, Tânia Maria José Aiello Tsu, Vânia Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero e Yvonne Gonçalves Khouri.

Sede - São Paulo: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - Fone (011) 212-8111 - **Delegacias - Assis:** Rua Marechal Deodoro, 123 - conj. 11 - **Bauru:** Rua Batista de Carvalho, 4-33 - 7.º andar - Fone (0142) 22-3384 - **Campinas:** Av. Dr. Moraes Sales, 1.212 - 2.º andar - conj. 22 - Fone (0192) 32-5397 - **Campo Grande:** Rua Dom Aquino, 1.354 - sala 97 - Fone (067) 382-4801 - **Cuiabá:** Rua Tenente-Coronel Duarte, 565 - sala 203 - Fone (065) 322-6902 - **Lorena:** Rua N. S.ª Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) - **Ribeirão Preto:** Rua Cerqueira César, 481 - 3.º andar - Fone (016) 636-9021 - **Santos:** Rua Oton Feliciano, 2 - conj. 53 - Fone (0132) 4-6293.

Jornal do CRP/06

Jornal do CRP/06 é órgão de orientação do exercício profissional, publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região. **Comissão de Divulgação:** Sueli Duarte Pacifico e Maria Rosa Cavazzani. **Editor:** Elisiário E. do Couto (MTb 8.226). **Redação:** Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - telefone (011) 212-8111 - 01452 - São Paulo. **Composição, fotolitos e impressão:** DCI - Indústria Gráfica S.A. - Rua Dr. Almeida Lima, 1.384 - S. Paulo.

Estes são os componentes da Diretoria, Comissões e Grupos de Trabalho instituídos no CRP. Além de seus nomes, estão assinaladas as datas e horários das reuniões, sempre nas dependências do CRP. As comissões mistas CRP-Sindicato eventualmente reúnem-se na sede do Sindicato (no mesmo endereço do CRP, no 2.º andar).

PLENÁRIA

Reuniões às 2as.-feiras, às 20h.
(Última plenária do mês é realizada aos sábados, a partir das 14h.)

DIRETORIA

Presidente
Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri
Vice-presidente
José Sollero Neto
Secretária
Marlene Guirado
2.º Secretário
José Paulo Correia de Menezes
Tesoureira
Maria de Fátima Menezes
2.ª Tesoureira
Nanci Bühler Letaif
Reuniões às 4as.-feiras, às 20 horas.

Delegados Eleitores

Alvaro Trujillo
Antônio Waldir Biscaro

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Administração

Lorivam Lopes
Luiz Carlos Rodrigues de Lima
Maria de Fátima Menezes
José Sollero Neto

Contato

Antônio Waldir Biscaro
Lorivam Lopes
Marinilza da Costa
Moreira da Silva
Reuniões, quinzenais às 4as.-feiras, às 20h30.
(1as. e 3as. quartas-feiras do mês)

Credenciamento

Jane Persinotti Trujillo
José Paulo Correia de Menezes
Tânia Maria José Aiello Tsu
Reuniões às 4as.-feiras, às 13h.

Delegacias

Carlos Rodrigues Ladeia
Selma de Souza Bastos

Divulgação

Sueli Duarte Pacifico
Maria Rosa Cavazzani

Reuniões às 3as.-feiras, às 20h.

Educação

Carlos Rodrigues Ladeia
Mônica Teixeira do Amaral Carneiro
Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri
Reuniões às 4as.-feiras, às 20h.
(Comissão mista CRP - Sindicato)

Ensino

Silvio Leite da Silva
Carlos Rodrigues Ladeia

Ética

Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes
Maria Inez Nunes Romero
Marisa Oliveira Sanovicz
Mirsa Elizabeth Dellosi
Reuniões às 6as.-feiras, às 14h30.

Funcionalismo

Maria Rosa Cavazzani
Vânia Ghirello Garcia

Instituição

Maria Inez N. Romero
Marlene Guirado
Sueli Duarte Pacifico
Elizabeth Batista Pinto
Reuniões quinzenais às 3as. ou 4as.-feiras
(Comissão mista CRP-Sindicato)

Organizacional

Antônio Waldir Biscaro
Luiz Carlos de Lima
Marinilza da Costa
Moreira da Silva
Reuniões quinzenais às 4as.-feiras, às 21h.
(2as. e 3as. quartas-feiras do mês)

Orientação e Fiscalização

Alvaro Trujillo
Elizabeth Batista Pinto
Mônica Teixeira do Amaral Carneiro
Vânia Ghirello Garcia
Reuniões às 5as.-feiras, às 8h30.

Regimento Interno

Marlene Guirado
José Sollero Neto
Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri

Saúde

Nanci Bühler Letaif
Maria Rosa Cavazzani
Mirsa Elizabeth Dellosi
Marisa Oliveira Sanovicz
Reuniões às 3as.-feiras, às 20h30.

Tomada de Contas

Antônio Waldir Biscaro
Heloisa Szymanski
Ribeiro Gomes
Sueli Duarte Pacifico

Projetos e processos contra a Lei 6.994

A luta contra a Lei n.º 6.994 apresenta novos desdobramentos.

Em Brasília, foi denegado o mandado de segurança impetrado pelos conselhos de profissões regulamentadas contra o Ministério do Trabalho, contra o recolhimento compulsório de 70% do saldo de caixa disponível ao final de cada exercício (em lugar de sua utilização nas próprias entidades, em benefício direto de cada profissional). O resultado negativo ocorreu após a obtenção de liminar contra esse recolhimento, agora cassada. Um recurso em segunda instância

foi providenciado, para alterar aquela decisão.

Em outra linha de ação, também desencadeada em Brasília, os Conselhos representaram a o Procurador-Geral da República, arguindo a inconstitucionalidade da lei e receberam parecer favorável. Esta manifestação é importante pois sem ela seria impossível a continuidade do processo, no Supremo Tribunal Federal.

No plano legislativo, ainda em Brasília, foram apresentados três projetos de lei, dois deles - do deputado federal Siegfried Emanuel Heuser e do se-

nador Gastão Müller - alterando os artigos considerados lesivos aos profissionais e à categoria. O terceiro, do deputado Manoel Ribeiro, é mais amplo e muda o regime jurídico dos Conselhos, que passam, de acordo com sua proposta, da estrutura de autarquias para a de entidades corporativas totalmente desvinculadas do Ministério do Trabalho, à semelhança da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

Enquanto as ações no Judiciário e no Legislativo têm seu desenvolvimento, o Ministério do Trabalho contra-atacou: está exigin-

do, com base na regulamentação daquela lei, que todos os projetos a ser desenvolvidos pelos Conselhos (Federais e Regionais), não diretamente vinculados a fiscalização, sejam encaminhados, com orçamento-programa, para sua prévia aprovação. O prazo para sua apresentação termina no dia 31 de outubro próximo.

Em São Paulo, os Conselhos Regionais de diversas profissões continuam mobilizados, analisando sugestões de planos de ação, visando encontrar espaço para atuação, em benefício das categorias que representam.

PSICOTÉCNICOS: CRP CONTINUA AÇÃO

A denúncia, no final de agosto, da Corregedoria Geral do Detran de São Paulo, com relação ao comportamento de um instituto psicotécnico paulistano, e de seus profissionais, onde laudos assinados em branco foram encontrados em uma geladeira desativada, foi largamente noticiada pelos jornais. Este fato foi imediatamente analisado pelo CRP, com muita preocupação, dentro de um contexto mais amplo, em que precisa ser situado o problema da corrupção nos exames psicotécnicos.

A posição do CRP é a de que as deficiências e fa-

lhas existentes nesses exames para motoristas comprometem seus resultados e afetam diretamente a população, que não recebe o atendimento com a garantia de qualidade a que tem direito. Por outro lado, as baixas taxas estabelecidas pelo Detran para esses exames estão desestimulando, em muitos profissionais, qualquer tentativa de melhoria e propiciando o surgimento de infrações éticas de diferentes matizes, detectadas cada vez com maior frequência pela fiscalização do CRP.

A preocupação com os exames psicotécnicos vem

da última gestão e culminou com a realização de dois encontros, um com o então Secretário da Segurança Pública de São Paulo e outro com o diretor do Detran, a quem foi apresentado um documento solicitando providências com relação aos problemas encontrados no credenciamento de psicólogos para realização desses exames. Este documento apontava ainda a existência de corrupção e leis obsoletas que

traziam (e ainda trazem) prejuízos para o Estado e para a população. Ao retomar o assunto, os conselheiros, empossados em agosto último, decidiram solicitar um novo contato com o diretor do Detran, quando pretendem discutir o papel do CRP e seu interesse no bom exercício profissional, levantando ainda a questão do reajuste das taxas atualmente cobradas.

Como pagar, quando não existe Banespa?

Como pagar as anuidades e taxas, quando o psicólogo reside em cidade não servida por agências do Banespa, banco credenciado pelo CRP/06 para esses recebimentos? A dúvida foi levantada por psicólogos residentes em pequenas cidades de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, preocupados com a necessidade de longos (além de caros) deslocamentos para cumprir as instruções recebidas.

Existem duas alternativas a serem utilizadas por esses psicólogos e pessoas jurídicas. A primeira delas é o envio de Ordem de Pagamento para crédito ao Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região, através do Banco do Brasil, para a agência Metropolitana Paulista - conta corrente 74.100-0. A Ordem de Pagamento deve especificar o nome do psicólogo (e nunca de quem se encarregou de fazer a remessa), sua inscrição no CRP e a destinação do envio.

Quando nem Banco do Brasil existe, a remessa

poderá ser feita através de Ordem de Pagamento em qualquer agência bancária, igualmente para crédito do Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região, porém, destinado ao Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa), agência Faria Lima (SP), conta n.º 134.13.01011-9. Em qualquer caso, nunca mencionar ou assinalar o item "Crédito somente com a apresentação de recibo quitado".

A administração do CRP/06 lembra que estas formas de remessa são menos confiáveis, com frequentes extravios, encaminhamentos incompletos ou retardamentos por parte do banco e recomenda um contato posterior com a sede ou uma das delegacias, para confirmar seu efetivo recebimento.

Após o vencimento das parcelas, elas só poderão ser pagas na rede bancária mediante apresentação da guia de recolhimento, com os valores corrigidos, fornecidos pela sede ou uma das delegacias do CRP.

Anote...

Encontros Latino-americano e Internacional da Rede de Alternativas à Psiquiatria - O aspecto social do menor, da mulher, dos marginalizados e dos psiquiatrizados, e suas relações com a Instituição, a Política e o Poder será um dos temas do II Encontro Latino-americano e VI Encontro Internacional da Rede de Alternativas à Psiquiatria, a ser realizado em Belo Horizonte, de 28 de outubro a 2 de novembro deste ano. O outro tema trata da dinâmica dos grupos da Rede nos diversos países e as alternativas comunitárias.

Os encontros estão contando com o apoio de quatorze entidades de Minas Gerais, representando psicólogos, médicos psiquiatras, terapeutas ocupacionais, sociólogos e enfermeiros, entre outras categorias envolvidas com a saúde mental. As inscrições podem ser feitas no próprio CRP/06, em São Paulo, ou ainda na Associação Mineira de Saúde Mental (telefone 222-5751, em Belo Horizonte) ou no Centro de Estudos Galba Veloso (telefone 212-1511, também em Belo Horizonte). A taxa cobrada é de Cr\$ 12.000,00, até 10 de outubro e Cr\$ 15.000,00 a partir dessa data.

Os interessados em obter maiores informações sobre os encontros e sobre a própria Rede devem dirigir correspondência à Caixa Postal 8904, CEP 01333, São Paulo.

SIP prepara catálogo de profissionais da área de saúde - Um Grupo de Trabalho em Psicologia da Saúde e Medicina Comportamental, organizado dentro da SIP - Sociedade Interamericana de Psicologia, está interessado em criar um cadastro de psicólogos com atuação na área de saúde física, bem como de seus interesses específicos nesta área. Esta necessidade tornou-se evidente durante o XIX Congresso Interamericano de Psicologia, realizado no Equador no mês de junho último, quando mais de 80 trabalhos foram apresentados nas áreas de psicologia da saúde e medicina comportamental. O cadastramento destes profissionais será transformado em um catálogo a ser divulgado nos boletins da SIP, permitindo o contato direto entre profissionais que estejam desenvolvendo trabalhos semelhantes, para intercâmbio de experiências, literatura e possíveis colaborações em projetos transculturais. Os interessados devem contatar o repre-

sentante deste Grupo no Brasil, Paulo M. Périssé (rua 110, n.º 174 - Setor Sul, Goiânia, CEP 74.000).

Cursos de Psicodrama em Santos - A Sociedade Santista de Psicodrama abriu inscrições para os cursos de formação em Psicodrama Terapêutico e Pedagógico, a se realizarem a partir de março de 1984. O curso de Psicodrama Pedagógico, com duração de dois anos, é destinado a psicólogos, pedagogos, professores, assistentes sociais e administradores, entre outros profissionais. O Terapêutico (duração de quatro anos) destina-se a médicos e psicólogos formados e em seu último ano de graduação. Uma turma já foi formada e outras três (uma delas de Pedagógico) encontram-se em andamento. As aulas serão ministradas aos sábados, para não interferir nas atividades que o aluno possa ter durante a semana. Inscrições e informações na SOSAP - Av. Washington Luiz, 365 - Santos, telefone (0132) 35-3529.

Psicólogos e administradores vão debater Recursos Humanos - O tema central do IV Encontro Regional de Psicólogos e Administradores e VI Encontro Regional de Psicologia Organizacional, a se realizar em Porto Alegre nos dias 27, 28 e 29 de outubro, é "Recursos Humanos é uma Alternativa?" O objetivo é discutir o momento atual e a perspectiva da área de Recursos Humanos nas organizações, possibilitando reflexões e contribuições que indiquem novos caminhos para essa área de ação. A taxa de inscrição, até 10 de outubro, é de Cr\$ 35 mil para profissionais e Cr\$ 25 mil para estudantes de Psicologia ou Administração e devem ser solicitadas pelos fones (0512) 32-3668, 32-9293 ou 32-8404 ou, ainda, na rua Miguel Tostes, 524, em Porto Alegre.

Vivências em processos grupais - Em outubro e novembro estarão sendo abertas novas turmas de um curso prático e teórico sobre vivências em processos grupais, ministrado pelo psicólogo Cervantes Vieira Gonçalves, professor de Dinâmica de Grupo e Relações Humanas do Instituto Metodista Superior. O curso é destinado a profissionais de Relações Humanas e das áreas de Saúde, Educação e Relações Públicas e tem duração de dois meses, com aulas uma vez por semana. Informações e inscrições através dos telefones (011) 853-9005 ou 453-5180.

O que "Anote" publica?

"Anote" é uma seção que repete a proposta que orienta todo o "Jornal do CRP/06": está aberta para a divulgação de congressos, simpósios, encontros, seminários e reuniões de interesse para o profissional de Psicologia. Basta, para isso, que as informações sejam encaminhadas, em tempo hábil, para a Comissão de Divulgação do CRP, através do endereço da sede ou de qualquer das delegacias. A publicação de anúncios classificados, como sublocações de salas para consultório, venda de materiais ou de serviços, é feita no Sindicato dos Psicólogos do Estado de S. Paulo, através do "Jornal do Psicólogo", dentro de critérios definidos por aquela entidade de classe.

Um espaço sempre aberto para uma palavra aberta

Eu quero falar!

O grito do psicólogo tem resposta: o CRP quer ouvir. Mais do que isso: quer dialogar com os psicólogos, sentir suas aspirações, identificar suas queixas, esclarecer suas dúvidas, debater seus problemas, questionar... Sem idéias ou posições preconcebidas, sem sentimentos de superioridade ou de danos da verdade. E mais ainda, sem burocracia. Afinal, a denominação "Palavra Aberta", adotada pelos que hoje são conselheiros do CRP, não surgiu sem razão. O CRP tem que ser um ponto de referência para um trabalho conjunto de discussão e decisão a respeito de questões concretas e de dificuldades relativas à profissão.

Todas as reuniões realizadas são abertas à categoria. Todas as comissões divulgam suas agendas e querem a presença do psicólogo e sua participação ativa. O "Jornal do CRP/06" também abre suas páginas. Não para uma divulgação pessoal ou para comunicação de eventos (estes fatos já têm espaço assegurado em "Anote", uma seção permanente). O jornal abre um espaço permanente para que ele seja um fórum, sempre à disposição da categoria, para dele se utilizar a qualquer momento. Pessoal, telefonicamente ou por escrito, seu recado - qualquer que ele seja - será recebido, analisado, discutido e disseminado.

Está decretado: a palavra está aberta para todos.

SINDICATO MOSTRA PESQUISA

A profissão de psicólogo, 21 anos depois de sua regulamentação, não conseguiu ainda o reconhecimento de seu trabalho, por parte dos órgãos públicos e da sociedade em geral. "O quadro de nossa situação profissional deixa evidente que somos muitos, mas as oportunidades de trabalho são poucas." A constatação é de Ana Maria Bock, presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado de S. Paulo, ao apresentar, no dia 27 de agosto último, por ocasião da posse dos novos conselheiros do CRP-06, alguns dados da caracterização, efetuados pelo DIEESE - Departamento Interdisciplinar de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, em 1981.

Quanto somos? Quem somos? O que fazemos? Estas perguntas estavam na cabeça dos dirigentes do Sindicato, ao assumir sua direção em 1980. Com o apoio do CRP/06 e atra-

vés do DIEESE, foi possível verificar que, dos 15 mil profissionais inscritos em S. Paulo, 88% são mulheres, 90% têm menos de 40 anos e 50% menos de 50 anos. Desse total, 76% foram formados a partir de 1976. Realmente, uma categoria muito jovem, com uma grande defasagem entre a formatura e o início do exercício profissional: 2 a 3 anos em média para o ingresso no mercado de trabalho.

Dos que se formam, 43% complementam sua forma-



Ana Bock



ção. A maior procura é para Psicologia Clínica (59%), seguido de Psicologia Organizacional (15%), Psicologia Educacional (9%) e a área de ciências humanas (6%), o que mostra - para Ana Maria Bock - quanto a categoria se sente insegura e despreparada.

O que fazem? Dos que se formaram, 66% exercem a profissão. Dos 34% que não exercem, 15% estão desempregados, 17% exercem outra atividade profissional e 2% nunca trabalharam. Um outro dado, preocupante: menos de 30% das famílias de psicólogos conseguem a maior parte da renda familiar desta profissão, que necessita ser complementada pelo trabalho do cônjuge ou dos pais.

"Se considerarmos o salário mínimo necessário para a sobrevivência (quando foi feita a pesquisa esse valor - calculado pelo DIEESE - era de Cr\$

37.300,00, contra pouco mais de 11 mil cruzeiros reais), 30% da categoria estaria recebendo apenas 1 salário mínimo e 65% o equivalente a 2 salários mínimos necessários", mostra Ana Maria Bock, com os números da pesquisa. Na Grande São Paulo, as rendas mais elevadas correspondem aos que trabalham em Psicologia Organizacional e magistério, nesta ordem. No Interior, a Psicologia Clínica está entre as rendas mais elevadas.

Dos que exercem a profissão, 54% são autônomos, 37% contratados pelo regime da CLT e 4%, funcionários públicos. "O número de autônomos - lembra a presidente do Sindicato - poderia levar a acreditar que a situação é boa. No entanto, a pesquisa demonstrou que esta situação ocorre porque é a única possibilidade que a categoria encontra de se vincular ao mercado." Ape-

sar de autônomos, estão ganhando de 1 a 3 salários mínimos e meio, trabalhando de 1 a 20 horas por semana.

"Na realidade, a Psicologia se caracteriza como um subemprego", diz Ana Maria. Dos desempregados (15% do total), mais da metade (54%) simplesmente não encontra emprego, 15% não encontra salário satisfatório e 6% não encontra emprego na área de interesse.

Todos estes pontos e outros, ligados à situação e posicionamento da categoria perante seus órgãos de representação, foram discutidos naquela reunião, com suas implicações no programa de trabalho dos conselheiros que então assumiam. Os dados completos da pesquisa, com uma análise aprofundada, serão publicados em livro, pelo Sindicato dos Psicólogos, num processo que se encontra em fase final de preparação.

EDUCAÇÃO:

proposta a criação de equipes multidisciplinares

Um documento, propondo a formação de equipes multidisciplinares, integradas por profissionais das áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, para atuação na rede de ensino, será apresentado no II Congresso de Educação, a ser realizado em São Paulo, nos dias 6 a 8 de outubro próximo.

A iniciativa partiu de várias entidades - APASSP, AOESP, UDEMO, APEEM, CRAS, Sindicato dos Psicólogos e Conselho Regional de Psicologia - que, após uma definição preliminar de procedimentos, iniciaram a discussão do assunto com as categorias envolvidas (os psicólogos interessados reuniram-se no Instituto Sedes Sapientiae, no dia 24 de setembro último, para esse fim), culminando com a apresentação da proposta no II Congresso, com o objetivo final de vê-la aprovada e implantada.

Antes, várias tentativas haviam sido feitas visando a uma participação efetiva dos especialistas em Educação na rede de ensino público, sem sucesso. As grandes campanhas para aprovação de projetos de lei que autorizavam o Executivo a criar serviços na rede de ensino, como os de Assistência Social e Psicologia, viram seus esforços malogrados. Mesmos os Orientadores Educacionais, que têm presença assegurada nas escolas por força de lei, até hoje lutam pela implantação efetiva dos seus serviços nas escolas públicas.

Ao prepararem esta proposta alternativa de atuação, os especialistas em educação levaram em conta as lições do passado. As tentativas isoladas das categorias em conseguir mercado de trabalho na Educação eram fundamentadas em posições corporativistas, não levando em conta as questões mais amplas como política educacional e seus efeitos concretos na realidade escolar. Eram movimentos isolados que não conseguiam vencer os setores conservadores, sem interesse na melhoria do padrão da escola pública, e com

isso provocavam um saldo político negativo para as próprias categorias e suas entidades. O II Congresso de Educação revelou-se como a grande possibilidade concreta para discussão e obtenção de uma posição comum.

A proposta elaborada pelos psicólogos e demais especialistas em educação baseou-se em algumas constatações. Uma delas: torna-se cada vez mais difícil determinar as funções privativas dos profissionais específicos da área de Educação. A proposta teria que valorizar os pontos comuns e, ao mesmo tempo, respeitar as peculiaridades de cada setor profissional, para que a caracterização surgisse da prática conjunta e não de definições impostas.

Da mesma forma que a Saúde não é problema só do médico, também a educação não é uma questão privativa somente de um setor profissional. A ação conjunta de diversos especialistas visa tornar a população atendida a maior beneficiária. A luta pela ampliação do mercado de trabalho está subordinada ao compromisso com a luta pela melhoria do nível de Educação para a população.

A vitória política de setores de oposição parece facilitar a revisão de todo o processo educacional, como já ocorre nas áreas de Saúde e judiciária. Concretamente, a proposta prevê a formação de equipes multidisciplinares com objetivos definidos a partir das necessidades das unidades educacionais, permitindo que, através do trabalho prático, as equipes criem o seu "know-how". O plano ideal de implantação é o de uma equipe multidisciplinar por escola, num custo bem inferior ao que o Estado despende, forçadamente, com o fracasso escolar. Ou, numa primeira fase, a implantação das equipes multidisciplinares por número de escolas ou número de alunos, desde que seus objetivos possam ser efetivamente realizados.

INAMPS EM DEBATE

LEVANTAMENTO DO CRP MOSTRA PADRÃO DE ATENDIMENTO DAS CLÍNICAS CONVENIADAS

Qual é a situação das clínicas conveniadas com o INAMPS?

Um levantamento realizado pelo CRP/06 recentemente, com base nos relatórios das equipes de fiscalização, permitiu levantar uma ponta do véu que encobre o nível de atendimento oferecido à população e a situação dos profissionais de Saúde - particularmente o psicólogo - dentro dessas clínicas. Esses dados foram analisados e refletidos ao longo de sucessivas reuniões, com a presença de representantes de várias entidades e de profissionais interessados na busca de solução para o problema e culminou com a realização de um debate, no auditório do jornal "Folha de S. Paulo", no dia 28 de setembro último. Este debate deverá ser publicado proximamente por aquele jornal.

O levantamento efetuado mostrou que, por trás de muitas instalações amplas e confortáveis, escondem-se as dificuldades, desde o baixo salário do profissional e a falta de contrato adequado de trabalho, até salas inadequadas e falta de material para atendimento, excesso de pacientes,

pouco tempo para atendimento (15 a 30 minutos em média, para terapia individual, com retornos quinzenais e até mensais), até desistências de pacientes, por falta de recursos econômicos ou de conscientização para o tratamento, tudo isso influenciando negativamente na qualidade do trabalho do profissional.

O sentido do trabalho multidisciplinar é pouco claro. Quando ocorre (e é raro) é devido a pacientes que são assistidos em vários setores da clínica, conjuntamente. Em lugar de discussão de casos entre áreas afins, o que existe é a troca de informações nos intervalos da consulta (25% dos pesquisados) e o encaminhamento e relatórios burocráticos, de rotina dentro do esquema da clínica.

A grande maioria das clínicas não oferece supervisão ou cursos de especialização para seus profissionais. Entre as visitadas, apenas uma oferecia supervisão em grupo, quinzenal, para psicólogos. Por outro lado, o trabalho do estagiário é limitado, nas poucas clínicas que os mantêm (30% delas), e é quase sempre ligado à aplicação e à mensuração de testes. Raramente dão

seguimento ao processo de psicodiagnóstico e mais raramente ainda são supervisionados.

A relação entre psicólogos e psiquiatras, embora estabelecida pelo INAMPS, é muito variável: encontrou-se desde um psicólogo para 8 psiquiatras, em uma clínica, até 15 psicólogos para 7 psiquiatras, em outra. Em quase todas, a propriedade é de médico, geralmente psiquiatra. Os demais profissionais da Saúde não se fazem presentes com a mesma frequência, com exceção do assistente social (pelo menos um em cada clínica). Mesmo o setor administrativo é pouco estruturado: apenas 55% contam com um responsável pela administração, embora 99% possuam recepcionista ou secretária. Encontraram-se funcionários para limpeza e faxina em apenas 15% das clínicas.

E esta é a situação que a população - até pouco tempo, apenas os de nível socioeconômico baixo/médio utilizavam-se das clínicas; hoje nota-se o maior fluxo de pessoas da classe média - vai encontrar nas clínicas conveniadas com o INAMPS. Esta situação pode continuar assim?